



A TEORIA CONSTRUTIVISTA PIAGETIANA EM SALA DE AULA

Maria Aparecida Rosa de Andrade ¹

Prof^a. Dr^a Maria Das Graças de Almeida Baptista ²

Universidade Federal da Paraíba- UFPB

Email: andrade_alcantara2011@live.com¹

Email: mgabaptista2@yahoo.com.br²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar o resultado da pesquisa intitulada “*Práxis Docente Construtivista Piagetiana*” que teve como problemática a teoria construtivista nos documentos oficiais de educação e na práxis pedagógica de docentes. Tal estudo justifica pelo pressuposto que diferentes associações feitas pelos professores em relação à teoria e a prática encontram-se dialeticamente relacionadas às propostas oficiais de educação. O objetivo do presente estudo é analisar elementos da teoria construtivista na práxis docente de professores e professoras do Município de João Pessoa-PB. A metodologia desse estudo desenvolve-se em uma perspectiva marxista e tem como referencial teórico a práxis, em Gramsci e Vásquez, entendida como a ação consciente dos sujeitos que une a teoria à prática, levando à transformação do mundo e dos próprios sujeitos. Esse caminho inclui o destaque das contradições presentes nos documentos e nos depoimentos de docentes e discentes. Nesse sentido, espera-se que este estudo possa servir de parâmetro para aqueles que desejam conhecer e refletir a realidade educacional em uma perspectiva construtivista, pois a escola é um conjunto, um todo, e não pode ser vista de modo fragmentado.

Palavras-chave: Educação. Práxis. Teoria Construtivista.

INTRODUÇÃO

O tema abordado no desenvolvimento é uma temática bastante ampla e requer inicialmente um conhecimento teórico e histórico sobre o que é o construtivismo, para assim identificar qual o nível de compreensão dos docentes a cerca desta teoria e da sua prática em sala de aula. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivos compreender em que consiste o construtivismo nos documentos oficiais e na práxis de professores em Escolas Públicas do



Município de João Pessoa e destacar elementos construtivistas na prática pedagógica e apontar as contradições na implantação da proposta construtivista na escola.

Outra dicotomia refere-se à compreensão dos professores sobre a Universidade como um mundo distinto do mundo da escola ou do mundo do aluno, enquanto “dois mundos” impenetráveis” e incomunicáveis (GRAMSCI, 1991, p. 235), que impede a compreensão dessa relação em sua totalidade, assim como, traduz uma distância entre a Universidade, entendida como instância do pensamento, e a escola, instância da prática, a vida, a escola, o momento pedagógico como um receptáculo da teoria aprendida no intramuros universitário.

A Teoria Construtivista tem suas bases nos estudos de Jean Piaget. Esse pesquisador não tinha como objetivo criar uma teoria ou um método para educação, mas buscava responder a uma pergunta “Como o homem constrói conhecimento?”. Ao longo de sua pesquisa, destacou os processos e etapas de construção da consciência e inteligência, estudou o modo como aprendemos e como conseguimos passar de um nível de conhecimento para outro, uma vez que, a inteligência divide-se em função e estrutura, em adaptação (modificação do meio) e na organização de processo, para reorganizar a inteligência.

Nessa vertente, o sujeito aprende mais quando interage com o objeto estudado, tendo subsídios para construir seu próprio conhecimento, partindo de conhecimentos que já possui e de sua vivência social e cultural. Assim, o construtivismo é uma teoria que busca tornar o homem um ser criativo, pensante, no processo de seu desenvolvimento, o que ocorre devido à interação com o meio físico e social e aos estímulos que são oferecidos ao sujeito. Desse modo, a teoria construtivista veio para revolucionar a educação, saindo de um processo mecânico para uma visão crítica de construção de conhecimento.

Entretanto, mudar a orientação da educação não depende do professor. De acordo com Rosa (2007, p. 25-26), a “educação não se realiza sobre coisas ou a partir delas. Não há educação sem alguém que a anime. E não há educador que não se revele e que não se coloque por inteiro em suas ações. Educar é um ato de intenção, em que ser humano e profissional se fundem.”. No entanto, os sujeitos passam por diferentes estágios evolutivos em ritmos diferentes, sendo que as características cognitivas são formadas a partir da constante interação do sujeito com o meio físico e social, e as dimensões interpessoais e cultura.

Para explicar este desenvolvimento cognitivo, Azenha (1999, p. 23-24) destaca que “esse modo de funcionamento intelectual é permanente e contínuo durante toda a vida humana, apresentando algumas características e propriedades. Esta permanência e continuidade fazem dessas



características verdadeiras “invariantes funcionais””. O aluno é um ser ativo, que concebe, prepara e executa o próprio trabalho e o professor sugere ideias, auxilia quando necessário e coordena o processo, ampliando a estrutura lógica dos discentes.

A Teoria Construtivista tem ganhado espaço e vem mudando a concepção e a prática de educadores. Apesar de Jean Piaget ser o “pai” desta teoria, quem a fez chegar ao Brasil foi, em parte, sua discípula Emília Ferreiro. No ano de 1980, essa teoria chegou de forma expansiva ao Brasil, abordada principalmente em eventos de educação. É importante destacar quem era Emília Ferreiro. Ferreiro nasceu na Argentina no ano de 1936, fez doutorado na Universidade de Genebra, sob a orientação de *Jean Piaget*. A pesquisa de Ferreiro destacava os mecanismos cognitivos da leitura e da escrita, sendo esse um aspecto que seu orientador não tinha explorando nos seus estudos.

Uma das primeiras obras da autora que teve uma edição brasileira foi “Psicogênese da Língua escrita”, no ano de 1984. A partir dessa obra, os estudos de Emília Ferreiro e a teoria construtivista de Piaget passaram a influenciar e orientar o campo educacional no Brasil. Os estudos de Ferreiro, assim como os de Piaget, levaram à conclusão que o sujeito deve ser ativo no processo de aprendizagem e passaram a estar ligados ao construtivismo de Piaget. Essa influência provocou uma reforma no ensino, alterando os papéis dentro da sala de aula, não sendo mais o professor o único detentor do saber, o conhecimento prévio do aluno passa a ser valioso para o processo de aprendizagem, observando o desenvolvimento cognitivo do aluno, para isso faz-se necessário um ambiente estimulador, que provoque, levando o aluno à construção de conhecimento.

Contudo, ao tratar problemas políticos como problemas pedagógicos (VIEIRA PINTO, 1994, p. 19) e ao deixar de contribuir na construção de uma concepção do mundo mais unitária, a Universidade reforça que o papel do professor é “criar” condições que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem, em detrimento de viabilizar práticas político-pedagógicas que possibilitem uma leitura do mundo na busca da transformação do mundo e de sua própria transformação.

METODOLOGIA

Este estudo desenvolve-se em uma perspectiva marxista e tem como referencial teórico a práxis, em Gramsci e Vázquez, entendida como a ação consciente dos sujeitos que une a teoria, compreensão da realidade, à prática, transformação do mundo. Essa ação tem como condição a



transformação dos próprios sujeitos; o que inclui o destaque das contradições presentes nos documentos e nos depoimentos de docentes e discentes.

Kosík (1989, p. 202) destaca que, para a filosofia materialista, a práxis, enquanto conceito central, “não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como *elaboração* da realidade”. A práxis é, segundo Vázquez (1968, p. 5), a “categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação. Tal filosofia não é outra senão o marxismo”. Vázquez (op. cit., p. 9) afirma que “o homem comum e corrente é um ser social e histórico; ou seja, encontra-se imbricado numa rede de relações sociais e enraizado num determinado terreno histórico”; dessa forma, “sua consciência nutre-se igualmente de aquisições de toda espécie: ideias, valores, juízos e preconceitos etc.”.

Vale destacar, com base nas leituras realizadas, que a experiência na perspectiva piagetiana é concebida como ação e prática, essa ocorre por meio da interação, de forma que o conhecimento sucede a experiência, seja na ação ou no pensar, mas em ambas o pensamento nos dá a possibilidade da previsão de consequência futuras e é resultado de nossa ação. Como ressalta Palhano (2011, p. 51), o conhecimento se dá pelo método experimental do pensar; o pensamento tem utilidade, ele é útil por nos dar a possibilidade da previsão de consequências futuras, baseadas na observação completa das condições presentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A influência desta nova perspectiva para o ensino foi aos poucos tornando referencial teórico na elaboração de documentos oficiais de Educação. Hoje podemos identificar elementos da Teoria Construtivista nesses documentos. Nesse sentido, foi realizado um breve estudo em alguns documentos, na atualidade, que regem a educação, mais especificamente a primeira fase do Ensino Fundamental (EF I), tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os documentos das Conferências Nacionais de Educação (CONAE) e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024.

A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, Lei nº 9.394/96, de dezembro de 1996, ressalta que o EF versa sobre como aprendemos, a influência de nosso ambiente natural e social e a estruturação de seu conhecimento, a exemplo do Art. 32 em que a formação básica do cidadão dar-se-á mediante: “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios



básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”; “compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”, assim como “o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores”.

Esse aspecto fica ainda mais evidente no estudo sobre o documento final da *Conferência Nacional de Educação* de 2010 (CONAE 2010¹). O CONAE é um documento de âmbito nacional, que orienta o docente a conhecer o meio em que sua instituição e seu aluno se encontram, pois este irá ter grande influência no processo de ensino e aprendizagem. O documento ressalta que a instituição educacional é um espaço de construção do conhecimento que deve ser levado em consideração o contexto sociocultural do meio em que a Escola esta inserida e a do sujeito. O documento salienta ainda a “construção de uma educação de qualidade deve considerar a dimensão socioeconômica e cultural, uma vez que o ato educativo se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social” (BRASIL, 2010, p. 47).

Entretanto, o Documento aprovado na segunda Conferência da CONAE, em 2014, destaca que uma educação de qualidade deve estar voltada para a perspectiva de transformação da realidade, na busca por uma construção plena da cidadania e da garantia aos direitos humanos. Portanto, é “a partir da concepção de mundo, ser humano, sociedade e educação que a escola procura desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para encaminhar a forma pela qual o indivíduo vai se relacionar com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo”. Nesse sentido, uma “educação de qualidade” deve contribuir “com a formação dos estudantes nos aspectos humanos, sociais, culturais, filosóficos, científicos, históricos, antropológicos, afetivos, econômicos, ambientais e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo”, enfim que a torna “uma qualidade referenciada no social”. (BRASIL, 2014, p. 64).

Dessa forma, a Educação de Qualidade, segundo o documento, ocorre por meio de um processo de construção no qual, deve ser levado em consideração o sujeito completo, em seu meio sócio-histórico.

Numa educação emancipadora, o sentido de “qualidade” é decorrente do desenvolvimento das relações sociais (políticas, econômicas, históricas, culturais) e de sustentabilidade. Na atualidade tal compreensão requer que os processos educacionais, de crianças, jovens e adultos contribuam para a

¹O documento inicial da CONAE é fruto das “Conferências Municipais ou Intermunicipais [...] Estaduais e do Distrito Federal”, com “a participação de amplos segmentos educacionais e sociais”, que serviu de base para a Conferência Nacional de Educação (CONAE). Em abril de 2010, foi aprovado o Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE). Em 2014, é aprovado um novo documento da CONAE.



apropriação das condições de produção cultural e de conhecimentos e sua gestão para o fortalecimento da educação pública e privada, construindo uma relação efetivamente democrática. (BRASIL, 2014, p. 64).

Com isso, vale ressaltar que a segunda CONAE traz uma proposta transformadora de educação, situando o sujeito como produtor de conhecimento e a educação como espaço de apropriação da cultura humanamente construída. Os documentos derivados das CONAE deveriam servir como orientação à construção dos Planos Nacionais de Educação (PNE).

Entretanto, o *Plano Nacional de Educação* (PNE) 2014-2024, a apropriação à articulação da educação com o meio social, apresentando 20 metas, através das quais se propõe a oferecer a todos uma educação de qualidade, destacando que a “oferta de educação básica de qualidade para todos, apresenta-se, como um complexo de grandes desafios para as políticas públicas e para o conjunto dos agentes que atuam no campo da educação, sobretudo nas escolas públicas”.

Piaget destacava a aprendizagem como processo de adaptação ao meio esse ocorre com base na experiência, foi por meio de experimentos que o pesquisador chegou à definição que a inteligência é definida enquanto função e estrutura. Na perspectiva da função, a inteligência compreendida como um processo de adaptação do sujeito ao meio, no mesmo tempo em que ocorre o processo de adaptação ambos sofrem modificações, tanto o sujeito quanto o meio. E estrutural porque busca a organização dos processos. Contudo, o crescimento da inteligência se dá no processo de reorganização da própria inteligência, esse processo perpassa a assimilação, acomodação e equilíbrio, sendo o conhecimento construindo com base no processo de experimentação. Pode-se dizer que a palavra construtivismo foi evidenciada por Piaget, sua origem vem da palavra construção que sua epistemologia é construtivista.

Além desse aspecto, o texto aponta que a educação deve propor uma articulação entre escola e sociedade, no que refere a uma “melhor definição e articulação entre os sistemas de ensino e unidades escolares, processos de organização e gestão do trabalho escolar, melhoria das condições de trabalho e valorização, formação e desenvolvimento profissional de todos aqueles que atuam na educação”, destacando o papel fundamental da definição e implementações de dinâmicas curriculares que favoreçam aprendizagens significativas aos alunos em articulação com o meio sociocultural dos alunos.



CONCLUSÃO

A partir dos estudos aqui realizados, vale destacar a riqueza desta práxis construtivista para a educação, trazendo ao âmbito educacional um novo olhar para o aluno, dando-lhe vez e voz e tornando-o protagonista do seu próprio conhecimento. Todo e qualquer sujeito, através de sua vivência e dos conhecimentos prévios adquiridos no meio social e cultural, possui uma bagagem de conhecimentos que varia de sujeito para sujeito. Assim, no processo ensino-aprendizagem estes conhecimentos devem ser valorizados. Nessa vertente a concepção de prática que perpassa a presente pesquisa é da prática enquanto trabalho humano, objetivo, criativo, transformador e materializado conscientemente, tendo como finalidade a transformação do real para satisfazer a necessidade humana.

Os resultados obtidos sugerem outros questionamentos acerca da temática no âmbito da nova realidade educacional, isto nos impõe a necessidade de uma discussão mais ampla e detalhada, sendo esse artigo gerador de questionamentos que apontam para a necessidade de novos estudos. Espera-se, que esse introdutório estudo possa servir de parâmetro para aqueles que desejam conhecer e refletir em uma perspectiva construtivista, uma vez que a escola é um todo e não deve ser compreendida de modo fragmentado.

Ao longo deste trabalho buscou-se compreender a difusão da teoria construtiva no Brasil, identificando possíveis elementos desta teoria nos documentos oficiais de educação. A partir dos estudos realizados, vale destacar que a educação brasileira encontra-se em processo de mudanças, desde que, na segunda metade do Século XX, as ideias de Piaget assim como as de Dewey embasaram a denominada Escola Nova no Brasil.

Na análise dos documentos que regem a EF I, LDB, CONAE e PNE pode ser constatado que a teoria construtivista não é apresentada de forma explícita, mas, nas entrelinhas dos textos das Leis, apesar da CONAE 2014 trazer, mais explicitamente, uma concepção mais emancipadora da educação na perspectiva de uma apropriação do conhecimento historicamente produzido e que deve ser apropriado pela nova geração através da educação.

Com os resultados obtidos, surgiram novos questionamentos acerca da temática no âmbito da nova realidade educacional, o que nos impõe a necessidade de uma discussão mais ampla e detalhada. Espera-se, que esse introdutório estudo possa servir de parâmetro para aqueles que



desejam conhecer e refletir em uma perspectiva construtivista, uma vez que a escola é um todo e não deve ser compreendida de modo fragmentado.

Contudo na perspectiva de Gramsci, educação favorece possibilidade para que o sujeito crie uma consciência crítica, essa possibilita compreende-se enquanto parte de uma classe social, identificando e questionando as condições de sua classe. Por fim, esses aspectos situam as instituições, e seus respectivos documentos, e as ideias no cenário das sociedades capitalistas, em que essa relação, enquanto práxis, não pode se realizar em toda a sua plenitude, o que, portanto, parece não se restringir ao Curso em tela. Diante do que foi exposto espera-se que este estudo possa servir de parâmetro para aqueles que desejam conhecer e refletir a realidade educacional em uma perspectiva construtivista, pois a escola é um conjunto, um todo, e não pode ser vista de modo fragmentado.

Referências

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Fundamentos para investigação educativa**: pressupostos epistemológicos que orientam al investigador. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa Editorial Magistério, 1998.

GRAMSCI, Antônio. **Cartas do Cárcere**. 4. ed. Tradução de Neônio Spínola. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Concepção dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

KOSÍK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PIAGET. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física (Currículo antigo). Centro de Ciências da Saúde. Universidade Federal da Paraíba. 1990.

Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física (Currículo novo). Centro de Ciências da Saúde. Universidade Federal da Paraíba. 2005.



CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE
LETRAMENTOS E DIFICULDADES DE
APRENDIZAGEM

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **A questão da universidade**. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.